



GARCIA, L. B.; BRANDÃO, M. S. Categorização – para além da lógica aristotélica. **Revista Falange Miúda (ReFaMi)**, ano 2, n. 2, jul.-dez., 2017. [www.falangemiuda.com]

CATEGORIZAÇÃO – PARA ALÉM DA LÓGICA ARISTOTÉLICA

Bruna Loria Garcia¹
Sílvia Maria Brandão










RESUMO: Todo processo de categorização se dá pela habilidade natural que o ser humano tem de agrupar entidades semelhantes em um mesmo grupo com base nas similaridades reconhecíveis entre elas (LAKOFF, 1987). A categorização nos é tão comum e fundamental que, na maioria das vezes, ela é assumida, ao invés de ser estudada ou pensada. Desse modo, objetivamos apresentar brevemente diferentes teorias que almejam responder: *o que é estar dentro de uma mesma categoria?* Conseqüentemente, refletimos acerca do modo como diferentes abordagens de categorização afetam nosso modo de ver o mundo e os fenômenos da língua.









PALAVRAS-CHAVE: categorização; lógica aristotélica; prototipia









¹ As duas autoras são mestrandas do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras (FCLAr) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus Araraquara FCLAr – UNESP e fazem parte do grupo de pesquisa SoLAR – Núcleo de Pesquisas em Sociolinguística de Araraquara. brunaloria@gmail.com. silviafclar@gmail.com.
















































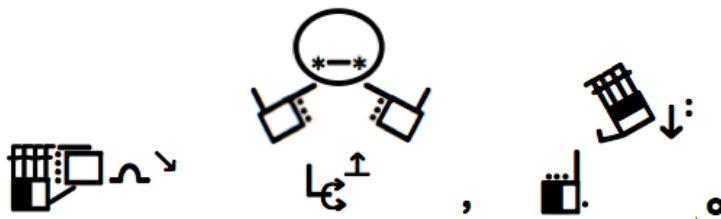
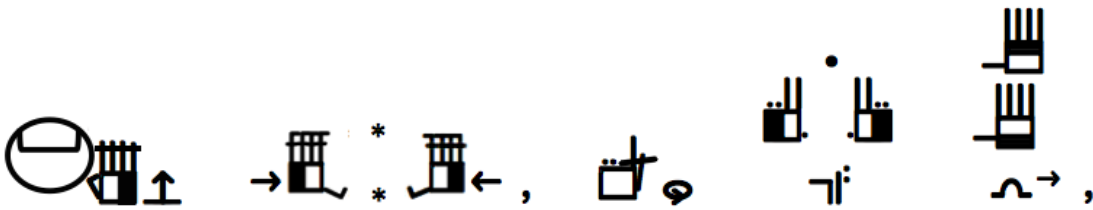
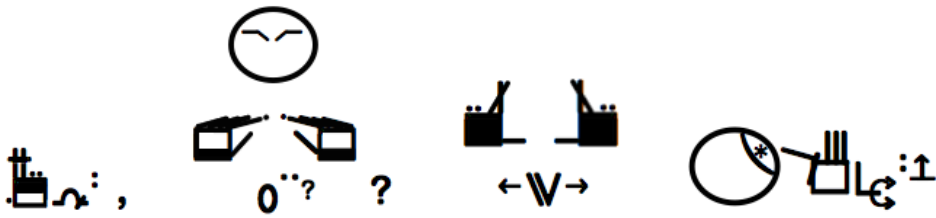
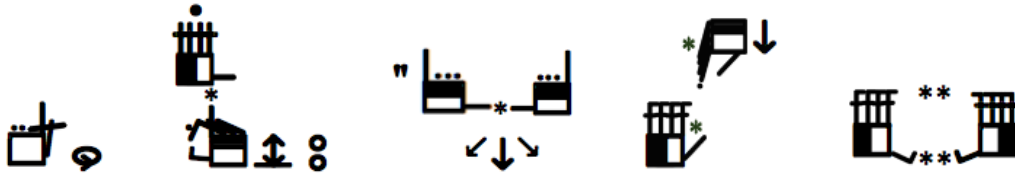
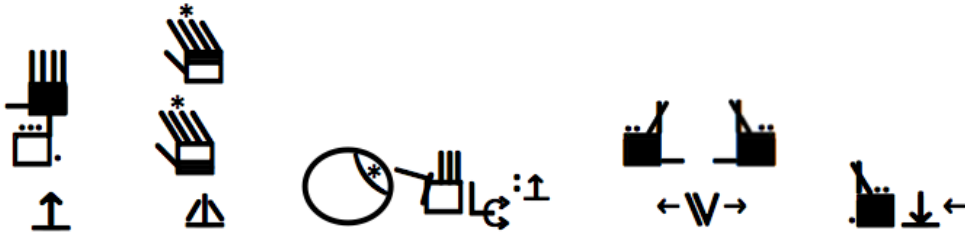
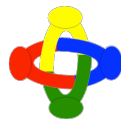







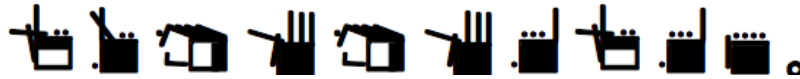
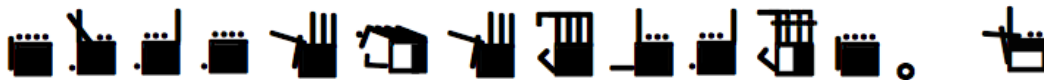








1987).







1. CONSIDERAÇÕES INICIAS

Categorização tem a ver com o modo como os elementos da língua são organizados. Essa é, pelo menos, a primeira ideia que nos vem à mente quando pensamos em categorização. De fato, em uma busca rápida pelo *Google*, o primeiro tópico é o significado dessa palavra:

Categorização

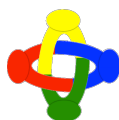
Substantivo feminino

1. ato ou efeito de classificar ou por em categorias.
2. Organização da experiência humana em conceitos, tendo rótulos linguísticos a eles associados.

A categorização é uma habilidade que o ser humano possui de agrupar tudo o que existe no mundo de acordo com as características que possuem em comum, no entanto, há diversas abordagens no tratamento da categorização, algumas das quais apresentaremos aqui. Para entender esse processo é necessário que se pense em alguns questionamentos como, por exemplo: quais são os fatores que podem incluir ou excluir um item de um grupo?

A visão clássica que apresenta a ideia de que as categorias são simétricas, pelo fato de todos os membros dentro dessa terem o mesmo estatuto no conjunto, perdura até os dias de





hoje, seja nas atitudes de nosso dia a dia, seja nos compêndios gramaticais ou em grande parte dos estudos linguísticos. O grande problema é que a visão aristotélica de categorização não se baseia em estudos empíricos e, portanto, não lida com os princípios que guiam a formação das categorias na mente humana, além de desprezar os itens ou os seres que, apesar de apresentarem propriedades semelhantes a outros seres de uma categoria, não se encaixam exatamente dentro dela. Tais entidades diferentes ficam em uma espécie de “zona cinzenta”, segundo Lakoff (1987), por não se encaixarem perfeitamente em nenhuma categoria, ou por permearem mais de uma.

Entretanto, com o avanço da ciência e das abordagens filosóficas, surgiram novas abordagens, não aristotélicas, acerca da categorização, como forma de responder aos questionamentos que foram deixados em aberto até então. A partir dos estudos de Wittgenstein, percebeu-se que a visão clássica de categorização não era suficiente para explicar todas as palavras e conceitos e, assim, com o filósofo austríaco, os questionamentos acerca da noção de gradência, *continuum* e prototipia começaram a se instalar, ainda que não necessariamente nesses termos. O filósofo formulou uma nova perspectiva na teoria da categorização: a de semelhanças de família. Nessa visão, a categoria é percebida como um espaço que pode ser preenchido por elementos não necessariamente homogêneos, mas deve haver algum elemento central prototípico que represente a categoria como um todo.

Nos estudos linguísticos, a ideia de *continuum*, gradência e prototipia ganha força com os estudos de Labov (1973) que, adotando a perspectiva que Rosch (1973; 1975) utilizou no âmbito da psicologia, tentou demonstrar que “todos os tipos de entidades são organizados em termos de categorias prototípicas cujos limites não são nítidos” (FERRARI, 2011). Seu objetivo era testar os limites entre uma categoria e outra, a fim de mostrar o quão não-precisos eram esses limites.

Lakoff (1987), no âmbito dos estudos linguísticos, ressalta a importância da categorização por meio da abordagem da teoria dos protótipos, sugerindo que a categorização humana é, essencialmente, uma questão que envolve experiência (percepção, atividade motora e cultura) e imaginação (metáfora, metonímia e imagens mentais) humanas, de modo que deixar para trás algumas ideias oriundas da abordagem clássica é necessário para que se repense os conceitos de verdade, conhecimento, significado, racionalidade e até de gramática (LAKOFF, 1987, p.9).





Por conseguinte, nosso objetivo com este texto é trazer um breve panorama das abordagens de categorização na filosofia e na linguística. Durante muito tempo, o axioma da categoricidade guiou a ciência e o mundo e, de forma análoga, o pensar sobre a linguística não se distanciou desse momento geral científico. Nesse sentido, por muito tempo pensava-se (e ainda se pensa) que tudo poderia (ou pode) ser enquadrado em uma categoria fixa, sem que haja qualquer problema, no entanto, ao nos aprofundarmos nas discussões de mesma temática, é possível perceber que categorizar não é uma tarefa simples.

Assim, dividimos nosso texto do seguinte modo: na primeira seção, traremos breves reflexões acerca da categorização da abordagem clássica, ressaltando sua importância, seus percalços e o desdobramento desses percalços no âmbito das dicotomias do dia a dia, das gramáticas normativas e dos estudos linguísticos; na segunda seção, falaremos sobre os modelos que surgiram com e após os escritos de Wittgenstein, incluindo os estudos de Rosch; na última seção, discutiremos rapidamente os modelos de categorização nas grandes correntes da Linguística Moderna que objetivam ultrapassar a abordagem aristotélica. Nossas considerações finais culminam na crença de que há, ainda, desafios que se colocam quanto à categorização de formas e funções no campo dos estudos da linguagem, mas que ultrapassar a lógica aristotélica de simetria forma-função é urgente, principalmente nos estudos sociolinguísticos, que advogam em favor da heterogeneidade, inerente às línguas.

2. A ABORDAGEM CLÁSSICA DE CATEGORIZAÇÃO

O processo de categorização é temática dos questionamentos de Aristóteles, filósofo que deu início à discussão, inaugurando a abordagem clássica de tratamento dessa temática. Para o pensador, todos os elementos de uma categoria devem possuir todas as características que o fazem parte integrante dessa categoria. Pensando nessa abordagem, um exemplo possível é: para que uma cadeira seja incluída na categoria das cadeiras elas devem possuir quatro sustentações que servem de base para o assento, um encosto e duas sustentações laterais. Caso uma das cadeiras não possua alguma dessas características, ou seja, caso não possua as condições suficientes, o objeto não poderia ser enquadrado nessa mesma categoria, já que todos esses atributos são condições necessárias.





O modelo clássico remonta à antiguidade Clássica, e dominou a filosofia, a psicologia e a linguística, em particular a linguística autônoma (tanto estruturalista quanto gerativista), ao longo de grande parte do Séc. XX e perdura, ainda que em menor escala, até os dias de hoje. Segundo Taylor (1995, p.23-24), os principais pressupostos desse modelo de categorização são: (i) as categorias são definidas mediante um conjunto de características necessárias e suficientes; (ii) as propriedades (que definem as categorias enquanto tal) são binárias; (iii) as categorias apresentam limites bem claros, demarcados e (iv) todos os membros de uma categoria possuem o mesmo *status*.

Vale, então, lembrar que tais pressupostos estão na base do que constituiu a Linguística Moderna como ciência: as dicotomias saussurianas como *langue* vs. *parole* (SAUSSURE, 2012 [1916]), por exemplo, foram fundamentais para consolidar a Linguística como ciência. Enquanto a língua (*langue*) é social, estruturada, a fala (*parole*) é constituída de atos individuais, tornando-se múltipla, imprevisível e, portanto, não passível de sistematização. Algo análogo se dá com a oposição chomskiana competência vs. desempenho, de modo que o que poderia ser objeto de estudo da linguagem fazia parte apenas da competência, pois o desempenho seria imprevisível e, portanto, não interessa à linguística, que estava, até então, em busca de regularidades e constâncias do sistema. Assim, a partir da separação do que se achava passível ou não de estudo, na época, foram “categorizados” os estudos linguísticos. Percebendo, no entanto, a não previsibilidade das línguas e a variedade de elementos que não se encaixavam na organização categorizada já prevista de acordo com as línguas indo-europeias, os estudiosos da linguagem passaram a criar categorias de “corpos não explicáveis” nos estudos das línguas.

Dentro dos níveis de análise linguística, Taylor (1995) ressalta que, na abordagem clássica da fonologia, uma das principais preocupações é a de abarcar, no estudo de determinado idioma, um inventário finito de unidades fonológicas, ou seja, fonemas, para os quais são atribuídos os fones; estes não podem ser decompostos em elementos mais básicos. Além de primitivos, os traços seriam universais e abstratos, correspondendo às oposições no sistema linguístico e não às características sonoras observáveis. Além disso, esses traços são inatos, pois são herdados geneticamente de um inventário universal, conforme preconiza o gerativismo.

Tais pressupostos se expandem para níveis mais altos de análise, como na sintaxe e na semântica. Segundo Taylor (1995, p.29-30), se as categorias da fonologia podem ser representadas por características binária, primitiva, universal, abstrata e inata, então é de se esperar que as categorias de sintaxe e de semântica também o possam. Os reflexos





dessas teorias podem ser vistos claramente na chamada semântica estruturalista, que define diferentes lexias de acordo com suas características, chamadas de traços. Para a semântica estruturalista, por exemplo, o modelo de categorização clássico funciona bem: um semema é um conjunto de semas ou traços mínimos semânticos que formam a definição de um vocábulo. Essa perspectiva é análoga aos estudos de categorização de Aristóteles pois, se um sema (possuir assento) de um semema (possuir assento, possuir encosto, possuir apoio para os braços) não está evidente, o vocábulo em questão (sofá) já não é o mesmo tendo em conta a falta de um traço semântico que compõe a categoria dos sofás.

Tal concepção clássica, aristotélica, perdura até os dias de hoje e é o que está na base de nossas gramáticas de cunho mais normativo, que apregoam de forma maniqueísta e não empírica o que é certo e errado na língua, o que vale e o que não vale dentro de certas categorias.

Desse modo, é possível observarmos o quão importante foi, para os estudos linguísticos, a noção clássica de categorização. Todavia, algumas das ideias precisaram ser deixadas de lado com o avanço da ciência, como falaremos a seguir. Por muito tempo a abordagem aristotélica não foi questionada, no entanto, há algumas questões que não são respondidas pelo filósofo, como, por exemplo, os princípios com os quais os seres humanos organizam os conceitos em categorias objetivas na mente humana; também foi deixada de lado a falta de uma maior maleabilidade na capacidade humana de categorizar entidades e as diferentes formas de categorização que podem ser encontradas em diferentes culturas no mundo.

A teoria clássica é capaz de desempenhar papel suficiente no que diz respeito a diversos estudos, teorias e pesquisas, no entanto, há teorias que se posicionam em confronto; exemplo disso é a teoria sociolinguística. Após embates entre o posicionamento tradicional de categorização e a teoria social da língua, a sociolinguística conseguiu explicar que as regras, apesar de parecerem ideias estritamente categóricas, podem e são, muitas vezes, variáveis.

3. AS CONTRIBUIÇÕES DE WITTGENSTEIN E DE ROSCH

Wittgenstein, preocupado em encontrar uma definição para a palavra jogo, não encontrou traços semelhantes/iguais que fizessem parte da composição de características de todos os jogos, constituindo, então, a falta de um protótipo dessa categoria. Não havendo





qualquer característica em comum com todos os jogos, o filósofo formulou uma nova perspectiva na teoria da categorização: as semelhanças familiares.

O novo modelo propôs que os constituintes de uma categoria, apesar de apresentarem as mesmas relações de semelhança entre os membros de uma família, não são todos os traços que são compartilhados nem por todos os membros da categoria. Assim, há jogos em que há competição, mas não todos, em muitos jogos há perdedores ou ganhadores, mas não há em todos. Há jogos que são coletivos, mas nem todos são.

A temática da categorização ganhou espaço para discussões no âmbito da Psicologia Cognitiva e, após os primeiros estudos, a teoria da categorização chega até os estudos sobre a(s) língua(s). Rosch (1975; 1973), precursora nos estudos de categorização dessa área, pesquisou a fundo sobre a base psicológica das cores focais e sua relação com as palavras para designá-las em diferentes idiomas. Além disso, Rosch, para analisar até que ponto certas entidades podem ser bons exemplos de uma categoria, chegou a convidar cerca de duzentos estudantes universitários americanos para avaliar em que medida um determinado artigo doméstico poderia ser considerado mobília. Ela chegou a resultados que mostram que há uma concordância alta entre os 200 indivíduos, no que tange ao que poderia ser considerado, em uma escala de um a sete, um bom exemplo (1 na escala), um exemplo moderadamente bom (4 na escala) ou o pior exemplo, ou não-exemplo de mobília (7 na escala).

4. OS NOVOS MODELOS DE CATEGORIZAÇÃO EM CORRENTES DA LINGUÍSTICA MODERNA

Considerado o “pai” da Sociolinguística, William Labov estudou a categorização linguística do grupo familiar recipientes (xícaras, canecas, tigelas etc.). Apresentando os objetos às pessoas, elas deveriam nomear os objetos apresentados, à medida que se alterava a largura, profundidade ou o fato de ter ou não alça. Contrariamente às expectativas da teoria clássica, Labov chegou a resultados que demonstraram não haver uma divisória clara entre xícara e tigela, pois uma categoria fundia-se gradualmente à outra. Assim, categorizar um objeto não seria questão de apenas ter ou não determinado atributo, mas o quão perto as dimensões da entidade se aproximam das dimensões “ideais”, ou seja, prototípicas (TAYLOR, 1995, p.40-41).





No que se refere às correntes linguísticas, temos que a sintaxe funcionalista, em contraposição ao estruturalismo e à gramática normativa tradicional, se preocupa em classificar orações e seus componentes; na análise sintática, de acordo com a forma e com a função do elemento em questão, observando a semântica do elemento como um todo. Já numa abordagem mais estruturalista da categorização de orações e componentes oracionais, o que define a classificação de um elemento é apenas a posição sintática ocupada no sintagma. Quando é dito, por exemplo, que certo verbo é transitivo é possível perceber que o axioma da categoricidade está presente na afirmação, afinal, os verbos são transitivos ou não dependendo de como aparecem na oração na sentença. A transitividade é inerente à sentença, não ao verbo.

Além disso, ao funcionalismo se associam questões ligadas à gradiência, ao *continuum* etc. A perspectiva funcionalista da língua remonta ao cenário aristotélico e aproxima-se do ponto de vista das novas correntes da categorização, utilizando os conceitos de semelhanças de famílias inclusive para a classificação de componentes em uma análise sintática, por exemplo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: ULTRAPASSAR A LÓGICA ARISTOTÉLICA PARA DAR CONTA DO ZEITGEIST LINGUÍSTICO DO SÉCULO XXI

Um avanço significativo tem ocorrido socialmente e tudo indica que flexibilidade está no caminho para vir a ser a nova palavra de ordem. No dia a dia, por exemplo, será irrelevante separar as pessoas em caixinhas, como estamos acostumados a fazer. Gênero, sexualidade, identidade e trajetória profissional serão aceitas como categorias múltiplas, mutantes e com diversas possibilidades de combinação. A ascensão de uma classe hipercriativa, que vê em seus *hobbies* maneiras de driblar a monotonia da vida cheia de regras, celebra pessoas multifacetadas, abertas a mudanças e pouco interessadas em limitar suas opções.

Essa mesma maleabilidade crescente no senso comum da sociedade em geral não parece permear por completo, no entanto, os estudos científicos e a Academia; há resistência em aceitar novos pensamentos acerca da categorização. É por esse motivo que as pesquisas das ciências humanas são, por diversas vezes, desvalorizadas em detrimento da tradição do axioma da categoricidade uma vez que, ainda, a sociedade como um todo, por não entender a categorização como um processo mais flexível, por não entender que os protótipos não são os únicos componentes de uma categoria, não consegue compreender, também, certos resultados obtidos nas pesquisas destas áreas – os resultados que não se enquadram em alguma





categoria, por exemplo - o que aparenta ser deficiência do pesquisador, não da perspectiva adotada.

Os esforços para que as teorias mais atuais sobre a categorização cheguem aos estudos acadêmicos das mais diversas áreas devem ser realizados pelos próprios pesquisadores. As reflexões da teoria clássica aristotélica do axioma da categoricidade já não parecem ser suficientes para explicar os fenômenos atuais – tantos os linguísticos quanto os sociais – e perdem espaço para as ideias e reflexões consideradas por Taylor (1995), Lakoff (1987) e Rosch (1973; 1975) fazendo com que repensemos todo o mundo a nossa volta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERRARI, L. **Introdução à Linguística Cognitiva**. São Paulo: Contexto, 2011.

LABOV, W. The boundaries of words and their meanings. In: Charles-James Bailey and Roger W. Shuy (eds.), **New Ways of Analyzing Variation in English**. Washington, DC: Georgetown University Press, 1973. p. 340-371.

LAKOFF, G. **Women, Fire and Dangerous Things**: what categories reveal about the mind. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

ROSCH, E. Natural categories. In: **Cognitive Psychology**, [S.l.], v. 4, n. 3, p. 328-350, 1973.

ROSCH, E. **Cognitive representations of semantic categories**. Journal of experimental Psychology: General, v. 104, p. 192-233, 1975.

SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística Geral**. BALLY; C.; SECHEHAYE, A. (orgs.) Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 28ª ed. São Paulo: Cultrix, 2012 [1916].

TAYLOR, J. R. The classical approach to categorization./ Prototype Categories: I. In: _____. **Linguistic categorization**: prototypes in linguistic theory. 2 ed. New York: Clarendon Press – Oxford. 1995. p.21-58.

Recebido em 17 de julho de 2017

Aprovado em 04 de agosto de 2017

